

ARTIGO

FONÉTICA E FONOLOGIA: AULAS DE PRONÚNCIA DE E/LE NO BRASIL

Mirella Novais Oliveira¹
Fabiana da Silva Kawark²

Resumo: Este trabalho analisa a forma como a pronúncia tem sido ensinada nas aulas de espanhol como língua estrangeira (E/LE) nos diversos setores educacionais do país. Inicialmente, destaca-se a importância do desenvolvimento da competência fonológica no processo de ensino–aprendizagem e a necessidade de professores licenciados na área para a eficácia desse ensino. Em seguida, utilizando pesquisa bibliográfica, são apresentados alguns conceitos sobre fonética, fonologia e pronúncia, segundo Saussure (2006) e Llorach (1965), necessários para a compreensão do trabalho, uma vez que o fundamenta, seguidos por elementos que evidenciam a importância da fonética e da fonologia nas aulas de E/LE, apoiados pela teoria de Olivé (1999) e Moreno Fernandes (2000). Na sequência, são levantadas leis e diretrizes educacionais do Brasil e

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Americana, em Asunción, Paraguai. Especialista em Psicopedagogia Escolar, pela UnC; em Tradução pela UGF e em em Língua Espanhola, pela UFBA. Graduada em Licenciatura em Língua Estrangeira – Espanhol pela Universidade Federal da Bahia; em Letras Vernáculas. Pela Universidade Federal da Bahia (2000) e bacharel em Língua Estrangeira – Espanhol pela Universidade Federal da Bahia (2002). Professora efetiva no Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães, no Colégio Militar de Salvador, na Escola de Formação Complementar do Exército e professor cooperador do Núcleo de estudos Hispânicos. E-mail: netmill@ig.com.br.

² Pedagoga. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Autônoma de Assunción. Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade de JAEN- Espanha. Especialista em Psicopedagogia da Clínica Ciel. Docente do IFBA-Campus Porto Seguro. Professora Visitante dos cursos de mestrado e doutorado na Universidade Americana PY. Docente de cursos de graduação e pós-graduação do Ensino Superior da UNIME, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) e Faculdade Montenegro de Educação (FAM). E-mail: fabiorientacao@hotmail.com.

sua relação com o material didático usado no ensino da pronúncia. Ao final, destaca-se a importância de contratar profissionais da área específica de língua espanhola para ministrar as aulas desse idioma.

Palavras-chave: Fonética. Leis. Material didático. Pronúncia. Setores Educacionais.

1 Introdução

O aprendizado do idioma materno é completamente diferente do aprendizado de uma segunda língua. Na primeira, o contexto e o contato com amigos, pais, a necessidade de comunicação, o instinto de sobrevivência e a aceitabilidade no grupo, formam um indivíduo falante nativo. No segundo caso, pelo contrário, a motivação pela qual o indivíduo aprende outro idioma, seja por gosto ou por obrigação, as dificuldades que encontram, ou ainda a empatia com o professor e com os companheiros, são fatores que determinam o ritmo e a progressão com que se desenvolve o processo de aprendizagem da segunda língua.

O objetivo de ensinar fonética nas aulas de Espanhol como língua estrangeira (E/LE) busca que o aluno seja capaz de utilizar os sons na comunicação oral e em conversações cotidianas em que, espontaneamente, os possa reproduzir, ainda que sua atenção esteja centrada na mensagem falada mais do que nos problemas de pronúncia.

Portanto, é necessário produzir um material didático que, ao contemplar o alfabeto da língua espanhola, com suas principais variantes idiomáticas, possa também assinalar quais realizações, próprias do português, não seriam adequadas à língua espanhola. Com frequência, os que aprendem o espanhol não percebem as influências do português na hora de falar o idioma estrangeiro. Ser conscientes destes elementos colabora com a compreensão da estrutura do espanhol, o que melhora a pronúncia e contribui no processo de ensino-aprendizagem.

O aprendizado do espanhol como língua estrangeira pressupõe o domínio das quatro destrezas, conhecidas na teoria pelos professores

aspectos menos tratados neste processo. A gramática e a interpretação de textos dominaram por um longo tempo as aulas por trazer, como objetivos, a compreensão leitora e a interpretação textual, com a finalidade de que os alunos pudessem participar das provas para ingresso nas universidades, ou profissionais pudessem trabalhar com cartas comerciais, traduções de legendas para filmes, traduções de livros e documentos juramentados. Não havia tanto interesse pela oralidade, principalmente nas aulas de Ensino Fundamental.

Este artigo³ tem como propósito assinalar de que maneira as leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro afetam o ensino de línguas estrangeiras nos métodos, na formação de professores, metodologia e eleição de material didático, traçando um perfil destes novos estudantes de E/LE. Para isso, serão discutidas questões sobre as leis e diretrizes do Brasil para o ensino de idiomas estrangeiros, a importância da pronúncia no processo de ensino-aprendizagem e o papel das autoridades, na qualidade dos professores que ministram aula de espanhol na rede pública.

2 Fonética e Fonologia no processo de ensino aprendizagem

2.1 Conceitos

Saussure (2006, p. 42) afirma que “é o estudo dos sons através dos próprios sons que nos proporciona o apoio que buscamos”. Seus estudos linguísticos evidenciam que o termo “Fonética” deve designar a evolução dos sons, uma vez que é uma ciência histórica, que analisa acontecimentos, mudanças e se desenvolve no tempo. Enquanto o termo “Fonologia” se coloca fora do tempo, já que o mecanismo de articulação permanece sempre igual a si mesmo.

Tomando-se a ideia da língua como um sistema de signos, em que o signo linguístico é igual ao significante mais o significado, percebe-se que o fonema necessita de significado, ou seja, as unidades fônicas não

³ Recorte de um trabalho monográfico, apresentado para obtenção de título de Especialista em Língua Espanhola pela Universidade Federal da Bahia, 2010.

são signos linguísticos, possuem somente significantes. Ao combinar unidades significantes, os seres humanos são capazes de produzir um número indefinido de enunciados com um significado. O nível fônico de análise se compõe de um número muito reduzido de unidades que são significantes, ou seja, não tem significado.

Com a linguística estrutural de Saussure (2006) percebe-se que existem dois aspectos que configuram a capacidade de linguagem que diferencia os homens dos outros animais: a língua (*langue*) e a fala (*parole*), que são forjados como aspectos fundamentais da linguagem. Com a afirmação de que as mudanças fonéticas não afetam as palavras, mas sim os sons, se compreende que o que se transforma é um fonema, como todos os acontecimentos diacrônicos, porém altera todas as palavras. Assim, um estudo fonético sincrônico seria a fonologia; e a fonética se encarregaria de um estudo diacrônico de feitos fônicos.

Ao referir-se às ideias de Saussure, Llorach (1965, p. 26) afirma que:

Mientras el habla es una realidad física que varía de sujeto a sujeto, la lengua es un sistema abstracto de validez supraindividual [...] Si la dualidad saussuriana se entiende como oposición entre un sistema y su realización, la lengua se identifica con el sistema y el habla comprende los demás aspectos.

Desta maneira, o plano da língua é algo abstrato e o plano da fala é algo concreto. Se o significante é seu aspecto material, a estrutura fônica remete a um conceito; o significado é o conceito, uma imagem conceitual. Portanto, o significante se bifurca em duas dimensões: de um lado está a abstrata, que apresenta um conjunto de unidades combinatórias, em que o significante está no plano da língua, ou seja, a fonologia; por outro lado há uma dimensão concreta, com realizações concretas, cujo significante está no plano da fala, esta é a fonética.

Sobre o termo “Pronúncia”, Guerrero (2010, p.3) assinala que:

La pronunciación es el soporte de la lengua oral, tanto en su producción como en su percepción, lo que hace que otorgue

inteligibilidad a la producción oral del aprendiente y le facilite la comprensión auditiva. De hecho, los aprendientes con un nivel alto de competencia fónica suelen tener un nivel alto de comprensión auditiva. La competencia fónica también está presente en la escritura y la lectura, manifestándose en la voz interior del escritor o lector.

Portanto, o desenvolvimento da pronúncia afeta diversos setores da língua, complementado-os e aperfeiçoando-os. Intervêm nas competências sociolinguísticas, como uma das competências linguísticas, ocupa seu próprio espaço na competência comunicativa e mantém relação de igualdade com a competência léxica, gramatical, ortográfica e ortoépica.

2.2 A Formação de Professores de E/LE

Por mais próximos que pareçam ser o idioma espanhol e o idioma português, os níveis que os compõem (morfológico, estrutural sintático, semântico pragmático e fonológico) sempre são divergentes em algum ponto. Reconhecer quais sons dificultam a assimilação do espanhol e perceber como isso interfere no ensino-aprendizagem é uma maneira de melhorar e aperfeiçoar todas as destrezas.

Um professor que, em sua formação, não recebeu encargo teórico prático suficiente, jamais poderá transmitir a seus alunos segurança ao falar, tão pouco ajudá-los a definir um sotaque ou sequer, manter um próprio, se assim considerar adequado. A motivação deve ser multilateral e, para um professor de línguas, adequado à realidade multicultural da língua espanhola, definir um sotaque como único possível é igualmente inconcebível. O professor deve ter discernimento para apresentar, nas suas aulas, as variedades do idioma e as implicações destas no ato comunicativo. Muitas das divergências passam pelo setor fonético fonológico que, em alguns casos, é parte da identidade de uma nação.

Moreno Fernández (2000, p. 89) afirma que:

La responsabilidad sobre la lengua y sus modelos no acaba, sin embargo, en la figura de los profesores, los académicos y los lingüistas: es algo que afecta a toda la comunidad idiomática. ¿Cómo se ejerce esa responsabilidad? Favoreciendo la unidad de la lengua, cuidando su uso, aprendiendo bien su funcionamiento, respetando las normas en beneficio de la comunicación internacional.

Logo, ao se trabalhar a pronúncia em sala deve-se ter em conta alguns fatores: os fatores linguísticos, como a língua materna; fatores individuais, como a idade, a exposição à língua objeto e a instrução; os fatores afetivos, como o grau de aculturação e as crenças, tanto de professores como de alunos. Todos relacionados de maneira direta com a aquisição de um novo sistema fonológico. Sem dúvidas, o sotaque, a entonação, as descrições por si só não correspondem ao idioma, mas refletem como essência do indivíduo, que o identifica e ao novo falante, constituindo uma considerável parcela na construção de sua nova identidade.

Um profissional de outra área de conhecimento, com uma formação diferenciada, não é capaz de proporcionar um ambiente de construção de conhecimentos sem dispor de informações complementárias e essenciais às questões históricas, regionais, linguísticas, literárias e metodológicas, que estão atreladas ao processo de ensinagem do espanhol como língua estrangeira.

Aquilo que se constrói ao longo do curso de licenciatura em língua estrangeira espanhol, deve ser considerado como premissa para um bom profissional, realmente capaz de auxiliar o aluno a desenvolver todas as competências e habilidades necessárias a um bom falante. De maneira contrária, as aulas de espanhol poderão se converter em repetições, cópias e com teor meramente instrumental, o que está longe de ser o ideal de quem quer aprender verdadeiramente um idioma estrangeiro.

Deve-se repudiar a prática de substituir o professor de idiomas estrangeiros por professores de idioma materno, Sociologia, Filosofia, Artes, História, Geografia... A vaga para professor de Espanhol só deve ser preenchida por um profissional licenciado para tal, a exemplo de outros profissionais como médicos, advogados, engenheiros, que se ocupam especificamente de suas subáreas dentro de sua profissão geral. Assim o desenvolvimento da pronúncia estaria assegurado.

2.3 Pronúncia e métodos de ensino

Pensar na língua como sistema de comunicação leva à necessidade e urgência de ensinar a pronúncia, sem pretender que os alunos falem como nativos uma vez que, à exceção de alunos muito dotados ou motivados, isto seria praticamente impossível. Um simples olhar à história do ensino da pronúncia permite comprovar que o método audiolingual priorizava o nível segmental e que o objetivo era adquirir a pronúncia mais próxima de um falante nativo. Depois, na década de 80, com o desenvolvimento do enfoque comunicativo, buscou-se enfatizar o nível suprasegmental, pela crença de que essa fosse a principal causa de inteligibilidade na comunicação de falantes não nativos de uma língua estrangeira. Olivé (1999, p. 57) afirma que:

El profesor de español lengua extranjera debe enseñar a sus alumnos que la lengua no es uniforme y que no existe una única forma de hablar español que pueda ser considerada “correcta”. Asumir este punto de vista significa que el profesor debe ser capaz de mostrar a sus alumnos las diversas variantes (no de enseñarles a hablar como se hace en el seno de cada una de ellas, sino de mostrar que existen) y, a vez, de situar su propia forma de hablar en el amplio mosaico de variedades que constituye la lengua española.

Assim, para que se adquira uma competência comunicativa global, é necessário levar em conta a importância do desenvolvimento da competência fonético-fonológica. Pois, só a soma de todas as competências, ditas parciais, levará à plenitude da comunicação oral desejada. Neste processo, o papel que cumpre professores e corpo

pedagógico, na hora de eleger as estratégias de ensino da língua, visando o desenvolvimento da competência fonético-fonológica, é fundamental. O aluno se interessará, mais ou menos, pela importância de se pronunciar de maneira adequada um idioma estrangeiro, a depender do incentivo do professor e a importância que este dá a esta competência.

3 Leis e diretrizes

Após a convenção da Unesco⁴ e o estabelecimento do Marco Comum Europeu, além da expansão do Instituto Cervantes por todo o Brasil, a influência dos linguistas espanhóis afeta sobremaneira os materiais, métodos e cursos de formação de professores que se adquire para considerar-se um falante de espanhol no nível máximo.

No Marco Común Europeu de Referência para as Línguas (INSTITUTO CERVANTES, 2002), a competência comunicativa surge como uma soma de outras competências e entre elas, de igual importância e necessidade, está a competência fonético-fonológica. Há ainda um reforço no que se pode compreender por pronúncia, ao mencionar-se a necessidade de desenvolver-se também uma competência ortoépica, dando ao ensino da fonética e da fonologia a mesma importância das demais competências. Desta maneira, é fácil deduzir que, se a prática da linguagem se concebe como o exercício dos elementos fonológicos, também o erro ou omissão destes elementos fará supor que o processo de ensino aprendizagem resulte deficiente.

Promulgada a 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), apresenta diretrizes e bases da educação nacional e é conhecida por LDB. Ao mencionar os princípios e fins da educação nacional, a lei prioriza a liberdade de aprender, ensinar, investigar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Logo, defende o pluralismo de ideias e o respeito e apreço à tolerância. Afirma ainda que se deve garantir um padrão de qualidade e valorizar a experiência extra-escolar.

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 16 de novembro de 1945.

Assim sendo, um indivíduo que se propõe a estudar deve levar em consideração os aspectos mais gerais de seu idioma materno e do estrangeiro que lhe será apresentado. Inclusive, certificando-se de que o aprendizado adquirido na sala lhe seja útil efetivamente em um ato comunicativo pleno, e parte disto só se consegue pela competência fonético-fonológica.

Em 2000, publicam-se os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, onde se reforça e especifica o caráter da competência comunicativa como predominante nas aulas de idiomas. Para alcançá-la, o documento aponta outras competências. Dentre elas, vale a pena destacar: saber distinguir entre as variantes linguísticas; eleger o registro adequado à situação na qual se processa a comunicação; compreender em que medida os enunciados refletem a maneira de ser, pensar, atuar e sentir de quem os produz; utilizar estratégias verbais e não verbais para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido, como falar, a propósito, para obter determinados efeitos retóricos (BRASIL, 2000). Estas competências estão diretamente relacionadas com o ensino da fonética e fonologia e estratégias de pronúncia desde a consideração à diversidade de um idioma até a manipulação do tom, acento e entonação para obter o que deseja o falante.

Por fim, a lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005) impõe o oferecimento do espanhol como nunca se havia feito com nenhum outro idioma, desde a implantação do português. As dúvidas sobre a validade deste ato são muitas, mas é sobre a qualidade das pessoas e interessados que recaiu a responsabilidade de vigiar os métodos, materiais, instituições, condições de ambiente e no ponto de vista das diferenças, para que, por fim, valha a pena lutar por uma educação de melhor qualidade. Por isso, a Plataforma de Implantação, junto às associações de professores de espanhol do Brasil, reúne dados para que a lei do espanhol passe do papel à realidade.

O grande impasse da lei está na falta de mão de obra qualificada para assumir todas as escolas de Ensino Médio do país, o que vem retardando o processo de sua implantação efetiva. Este fator interfere

de maneira muito pontual no ensino-aprendizagem da cultura, fonética, fonologia e literaturas hispânicas, além de trazer uma grande preocupação quanto aos fatores sociolinguísticos, nem sempre mencionados em sala por quem não teve uma formação específica para este fim.

4 Material didático

As aulas de pronúncia de E/LE no Brasil mudaram muito nos últimos anos. A falta de material adequado para a realidade brasileira, a formação precária do corpo docente, o tempo reduzido das aulas, o espaço e a interferência da língua estrangeira frente às demais disciplinas, foram alguns dos fatores que contribuíram para o afastamento de alunos, professores, comunidade e editoras do país, ao longo do tempo, no que diz respeito ao fabrico e consumo de material didático específico para brasileiros.

Com a lei 11.161/2005, pela primeira vez, o governo promove um plano de eleição e distribuição gratuita de manuais para o ensino de língua estrangeira, por toda a rede pública no ensino fundamental (6º ao 9º anos). O Plano Nacional de Livros Didáticos (PNLD) já era uma realidade nas disciplinas do currículo comum, porém não contemplava os manuais de língua estrangeira, que tinham um alto custo pelo fato da maioria ser importada. Com as editoras nacionais e seus convênios com as editoras estrangeiras, que deram mais facilidades, o preço diminuiu e a qualidade aumentou, com materiais cada vez mais preocupados com a realidade dos estudantes brasileiros.

O guia de manuais do PNLD atendeu aos alunos já no ano de 2011. Os critérios específicos que os manuais concorrentes tiveram que apresentar incluíam exercícios de fala de modo adequado nas diferentes situações comunicativas e de compreensão da língua utilizada por diversos falantes, em diversos contextos e em situações da vida real. O ensino deve cobrir as quatro habilidades (ler, escrever, falar e ouvir), dando prioridade a uma perspectiva comunicativa. Daí a importância das estratégias de pronúncia e conhecimento fonético.

O Guia propõe que as marcas de identidade dos diversos alunos brasileiros e a diversidade de contextos de ensino aprendizagem do Brasil devem ser reconhecidas e respeitadas. Posto que os manuais influenciem na formação das identidades dos indivíduos, que são construídas e reconstruídas através da relação com o outro, deve-se levar em conta a formação de cidadãos críticos reflexivos, sem preconceitos, capazes de respeitarem-se a si mesmos e aos outros, sua cultura e as de outros. Logo, o professor que privilegia um determinado acento e omite os demais, ou ainda não trabalha as divergências fonéticas em sala, anula este elemento na formação do pretense falante.

Ao considerar a compreensão e produção oral, foi observado se os textos orais eram autênticos e de diferentes gêneros e tipos, se apresentavam diversas variedades linguísticas e se a compreensão oral se manifestava de maneira intensiva, extensiva e seletiva. Também se exigiu dos manuais que proporcionassem ferramentas de produção considerando a oral e provável interlocução, além de apresentar *Cd* com boa qualidade sonora. Na produção oral, foram analisadas estratégias de comunicação verbal e não verbal, o uso de situações diversas e oportunidades para que o aluno se comunicasse, além de ser capaz de escolher seu registro e variedade de fala. Isto perpassa, em uma primeira instância, pela eleição fonético-fonológica da sua fala.

O material didático utilizado nas salas de aula também deve levar em consideração esta abordagem multicultural. Entretanto, a produção de material para as aulas de espanhol, não contempladas pelo PNLB e principalmente nas escolas municipais, limita-se aos conhecidos “Módulos” que trazem, na sua maioria, tabelas comparativas, informações gramaticais descontextualizadas, letras de algumas canções, exercícios voltados ao desenvolvimento da escrita, atividades de fala-repetição, desenhos e fotografias, textos literários, que nem sempre são autênticos.

As aulas ocorrem em dois tempos, uma vez por semana, de modo que as questões culturais, a diversidade e a pronúncia, quase sempre, ficam à margem do ensino. A cultura tem pouco espaço e apenas quando algum aluno pergunta sobre a fonética, esta é mencionada. Os exercícios

encontrados para a pronúncia, nos manuais em geral, se limitam a trava línguas, soletrados e repetições. Há ainda a ideia de não reprovação da disciplina, que é optativa e não colabora na motivação. Assim, o processo de ensino-aprendizagem que não só está incompleto, como altamente ineficaz, caminha para um decréscimo de estímulo e motivação e se continuar assim, está fadado ao fracasso.

5 Conclusão

Os estudos fonético-fonológicos são cada vez mais objetos de investigação nas universidades brasileiras. O conhecimento adquirido nas aulas deve ser retransmitido aos alunos com mais detalhes. A utilização de alfabetos fonéticos ainda é muito limitada, surge de maneira ainda muito discreta, em poucos manuais e nas aulas de espanhol recebe um espaço muito pequeno, diante dos demais sistemas linguísticos. Até que o professor se proponha a manifestar-se como um articulador de muitas vozes, despido de preconceitos, os alunos seguirão com a ideia de que os elementos de pronúncia são dispensáveis e funcionam como enfeites na aprendizagem de um idioma estrangeiro.

Os setores educacionais brasileiros se esforçam para expandir o espanhol por todo o Brasil, entretanto, este idioma deve crescer mais em qualidade do que em número. Tem-se que esclarecer o que são competências e enfoque comunicativo e qual é o papel da fonologia para que o aprendizado seja completo. Os órgãos competentes não devem permitir a presença de professores não capacitados, sem formação adequada, nas salas de idiomas, reduzindo-as à escrita, leitura e repetição, porque, na realidade, o que objetiva os que estudam um idioma é comunicar-se o melhor possível, sem soar como estrangeiro, sem vacilar diante do léxico, sem fechar os olhos diante do que escutam.

Foi necessária uma circunstância política, o Mercosul⁵, para resgatar a credibilidade e necessidade de conhecer uma nova língua e,

⁵ Mercado Comum do Sul: projeto de integração concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Conta atualmente ainda com Chile (1996), Bolívia (1997), Perú (2003) e Venezuela (2004). Envolve dimensões econômicas, políticas e sociais, o que se pode inferir da diversidade de órgãos que ora o compõem. Assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum, seguindo os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção, por meio do qual o bloco foi fundado, em 1991.

com ela, novos povos. Como nações diferentes que falam um mesmo idioma, raros não são “os falares” que existem pelo mundo hispânico. Uma salada de novos sabores fonéticos que desejam ser experimentados e reconhecidos como pertencentes à língua espanhola, ou se preferir, castelhana. A maneira de denominar o idioma já é uma pista de que ele é diverso e contraditório, mas, sobretudo, rico.

FONÉTICA Y FONOLÓGIA: CLASES DE PRONUNCIACIÓN DE E/LE EN BRASIL

Resumen: Este trabajo objetiva analizar cómo la pronunciación es impartida en las clases de español como lengua extranjera en los diversos sectores educacionales del país. En principio, se destaca la importancia del desarrollo de la competencia fonológica en el proceso de enseñanza- aprendizaje y la necesidad de profesores licenciados en el área para la eficacia de lo mismo. Después, a partir de pesquisa bibliográfica, son presentados algunos conceptos sobre fonética, fonología y pronúncia, segundo Saussure (2006) y Llorach (1965) necesarios a la comprensión del trabajo, una vez que lo fundamenta, seguidos por elementos que evidencian la importancia de la fonética y de la fonología en las clases de E/LE, apoiados por la teoría de Olivé (1999) y Moreno Fernandes (2000). A continuación, se recoge las leyes y directrices educacionales de Brasil y la relación de las mismas con el material didático utilizado en la enseñanza de la pronunciación. Por fin, se presenta la importancia de contractar profesionales del área específica de lengua española par impartir las clases de este idioma.

Palabras clave: Fonética. Leyes. Materiales didáticos. Pronunciación. Sectores Educacionales.

Referências

BRASIL. **Lei 11.161.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1996.

BRASIL. **Orientações curriculares nacionais:** língua espanhola. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2006.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua estrangeira moderna. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais** (Ensino Médio) Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2010.

INSTITUTO CERVANTES. **Marco común europeo de referencia para las lenguas**: enseñanza, aprendizaje, evaluación. Madrid: MECD-Anaya, 2002.

GUERRERO, Agustín Iruela ¿Qué es pronunciación? Artigo. **Revista reDELE**, n° 9. Disponível em: <http://www.educacion.gob.es/redele/revista9/articulo_Iruela.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2010.

LLORACH, Emilio Alarcos. **Fonología Española**. 9. ed. Madrid: GREDOS, 1965.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Qué español enseñar**. Madrid: Arco Libros, 2000.

OLIVÉ, Dolors Posh. **Fonética para aprender español**: pronunciación. Madrid: Edinumen, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Artigo recebido em: 2/09/2011

Aprovado para publicação em: 23/11/2011